NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária, conforme C.D.A. n.º 13 e 12. SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária de Pernambuco – 8ª Vara, Pç. Santos Dumont, n.º 101, Centro – Petrolina – PE. Este Juízo funciona com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Petrolina/PE, 21 de fevereiro de 2011.

ROBERTA WALMSLEY SOARES CARNEIRO
JUÍZA FEDERAL DA 8a. VARA FEDERAL

EDITAL DE CITAÇÃO N. FED.0008.000007-0/2011

PRAZO: 30 (trinta) dias

DE: **EXECUTADO: APOLONIO GONÇALVES DOS SANTOS**, CPF/CNPJ n.º 407.566.024-91. FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, em ENDEREÇO INCERTO E NÃO SABIDO, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, a dívida de **R\$ 13.625,73** (Treze mil seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a Execução Fiscal n.º 0001478-57.2009.4.05.8308, proposta pela EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária, conforme C.D.A. n.º 40 6 08 000204-27. SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária de Pernambuco – 8ª Vara, Pç. Santos Dumont, n.º 101, Centro – Petrolina – PE. A Secretaria deste Juízo funciona com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Petrolina/PE, 28/02/2011.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
JUÍZA FEDERAL DA 8ª VARA/PE

EDITAL DE CITAÇÃO N. FED.0008.000008-5/2011

PRAZO: 30 (trinta) dias

DE: **EXECUTADO: JOSE DE JESUS ALVES**, CPF/CNPJ n.º 033.952.984-93. FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, em ENDEREÇO INCERTO E NÃO SABIDO, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, a dívida de **R\$ 13.390,97** (Treze mil trezentos e noventa reais e setenta e sete centavos), acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a Execução Fiscal n.º 0001440-45.2009.4.05.8308, proposta pela EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária, conforme C.D.A. n.º 40608000216-60. SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária de Pernambuco – 8ª Vara, Pç. Santos Dumont, n.º 101, Centro – Petrolina – PE. A Secretaria deste Juízo funciona com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Petrolina/PE, 28/02/2011.

PAULO ROBERTO PARCA DE PINHO
JUÍZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 8ª VARA/PE

EDITAL DE CITAÇÃO N. FED.0008.000009-0/2011

PRAZO: 30 (trinta) dias

DE: **EXECUTADO: PETROIMPORT COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CPF/CNPJ n.º 00.968.318/0001-60. FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) executado(a), em ENDEREÇO INCERTO E NÃO SABIDO, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, a dívida de **R\$ 54.532,46** (cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e seis centavos), acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a Execução Fiscal n.º 0001595-14.2010.4.05.8308, proposta pela EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária, conforme C.D.A. n.º 40 4 10 006073-97. SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária de Pernambuco – 8ª Vara, Pç. Santos Dumont, n.º 101, Centro – Petrolina – PE. A Secretaria deste Juízo funciona com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Petrolina/PE, 01/03/2011.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
JUÍZ(A) FEDERAL DA 8ª VARA/PE

EDITAL DE CITAÇÃO N. FED.0008.000010-2/2011

PRAZO: 30 (trinta) dias

DE: **EXECUTADO: FISIOCENTER CLINICA DE FISIOTERAPIA E ORTOPEDIA S/C**, CPF/CNPJ n.º 35.447.648/0001-95. FINALIDADE: CITAÇÃO do(a) executado(a), em ENDEREÇO INCERTO E NÃO SABIDO, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, a dívida de **R\$ 35.946,16**, acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a Execução Fiscal n.º 0001553-62.2010.4.05.8308, proposta pela EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. NATUREZA DA DÍVIDA: Tributária, conforme C.D.A. n.º 60.375.773-1. SEDE DO JUÍZO: Seção Judiciária de Pernambuco – 8ª Vara, Pç. Santos Dumont, n.º 101, Centro – Petrolina – PE. A Secretaria deste Juízo funciona com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Petrolina/PE, 01/03/2011.

PAULO ROBERTO PARCA DE PINHO
JUÍZ(A) FEDERAL SUBSTITUTO DA 8ª VARA/PE

10ª VARA FEDERAL

Nro. Boletim 2011.000203

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL CLAUDIO KITNER

Expediente do dia 02/03/2011 17:29

73 - EMBARGOS À EXECUÇÃO

1 - 0018591-48.2009.4.05.8300 UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (Adv. MARCOS JATоба LOBO) x LUCIVANIA BASILIO NAZARIO E OUTROS (Adv. ESTHER LANCERY, THAMINNE

NATHALIA CABRAL MORAES E SILVA, JÚLIA LANCERY C WERNECK, ALESSANDRA DE MELO ARRUDA). RH. RECEBO A APELAÇÃO DA UNIÃO/FAZENDA NACIONAL NO(S) SEU(S) EFEITO(S) LEGAL(IS). INTIME(M)-SE O(A)(S) AUTOR/APELADO PARA AS CONTRA-RAZÕES. APOS, SUBAM AO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.

229 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

2 - 0011304-59.1994.4.05.8300 CESA PEDRA - CERAMICA SANTO ANTONIO S/A E OUTROS (Adv. TULIO DE CARVALHO MARROQUIM) x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. JOSE DE CARVALHO X. CORREIA). Em atenção ao Ofício constante à fl. 816, esclareço que a transferência dos valores deste feito para a Justiça do Trabalho deve ser tributada, pelo fato de tratar de créditos provenientes de contribuição previdenciária. P. I. 3 - 0020462-02.1998.4.05.8300 MARIA DO ROSARIO FERRAZ PEREIRA E OUTRO (Adv. ISMAEL SIMOES MARINHO) x CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA (Adv. DANIELA LEMOS NEUENSCHWANDER). R.H.

TENDO EM VISTA CERTIDÃO DE FOLHA 161, FALE A C.E.F. NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CIENTE QUE O SILÊNCIO IMPLICARÁ EM CONCORDÂNCIA.

Total Intimação : 3

RELAÇÃO DE ADVOGADOS (E/OU PROCURADORES) CONSTANTES NESTA PAUTA:

ALESSANDRA DE MELO ARRUDA-1
DANIELA LEMOS NEUENSCHWANDER-3
ESTHER LANCERY-1
ISMAEL SIMOES MARINHO-3
JOSE DE CARVALHO X. CORREIA-2
JÚLIA LANCERY C WERNECK-1
MARCOS JATоба LOBO-1
THAMINNE NATHALIA CABRAL MORAES E SILVA-1
TULIO DE CARVALHO MARROQUIM-2

Sector de Publicacao
SANDRO JOSÉ DE ARRUDA BELTRÃO
Diretor(a) da Secretaria
10a. VARA FEDERAL

Nro. Boletim 2011.000204

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR

Expediente do dia 02/03/2011 17:45

229 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1 - 0011767-30.1996.4.05.8300 JOSE EUCLIDES MACHADO DE OLIVEIRA E OUTROS (Adv. ESDRAS DANTAS DE SOUZA, TOMAZ DE AQUINO CRISOSTOMO DA SILVA, JULIANA DUARTE FREITAS) x SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE (Adv. JUSTO DUARTE RODRIGUES) PROCESSO Nº 96.11767-5 AUTORES: JOSE EUCLIDES MACHADO DE OLIVEIRA E OUTROS RÉU : SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE (UNIÃO FEDERAL)

DECISÃO VISTOS ETC. Assiste razão à ré, União Federal, no que tange à alegação de prescrição da pretensão executória, em relação ao exequente, José Wilton Ramos.

Compulsando os autos, verifico que a parte autora requereu, à fl. 551 o cumprimento da obrigação de fazer em relação a José Wilton Ramos, somente na data de 04/11/2010.

A União informa em sua petição de fls. 568/570 que já cumpriu integralmente a obrigação de fazer em relação ao referido autor, tendo ressaltado, ainda, a ocorrência da prescrição da pretensão executória.

Assiste razão à União Federal. Compulsando detidamente os autos, verifico que o título executivo judicial proferido neste feito transitou em julgado em 20/09/99 e, somente nesta oportunidade, em 04/11/10, foi provocado o Poder Judiciário para cumprir tal obrigação.

Assim, não obstante a insurgência do autor que na petição de fls. 575/578 aduz que não restou cumprida tal obrigação pela edição da MP nº 1704/98 e, que, houve requerimento dos autores, às fls. 355, para que fossem iniciados os atos preparatórios da execução.

Ademais, da análise da petição invocada pela autora (fl. 355), há apenas requerimento para a execução do julgado em relação José Duarte Filho e José Vanderlei Andrade Silveira.

Desse modo, embora a autora tenha razão quando afirma que os atos preparatórios, como o requerimento de exibição de fichas financeiras, suspendem o curso da prescrição da pretensão executória, esta não foi a conduta por pela tornada, tendo tido tal iniciativa.

Desse modo, uma vez que a autora iniciou os procedimentos necessários à execução do julgado em 04/11/2010 e, tendo havido o trânsito em julgado do acórdão em 20/09/99, restou transcorrido o lapso temporal de 05 (cinco) anos necessário para a decretação da prescrição da pretensão executória.

Posto isso, acolho o petitório da União para decretar prescrita a pretensão da pretensão executória do autor José Wilton Ramos, nos termos do art. 219, § 5º, do CPC.

Quando ao pedido de expedição de RPV para pagamento da verba sucumbencial devida ao patrono dos autores José Carlos da Silva, José Edvaldo dos Santos, José Carlos Faustino Amorim e José da Silva Mendes, este não pode ser deferido eis que pendente de recurso a decisão proferida no AGTR Nº 107822/PE. Indefiro, pois, o pedido de expedição de RPV.

Publique. Intime-se.

Recife, 17 de fevereiro de 2010.

CLÁUDIO KITNER
Juiz Federal Substituto,
No exercício da 10ª Vara/PE.
Ed.
PROCESSO Nº 96.11767-5
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
10ª Vara Federal

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL CLAUDIO KITNER

Expediente do dia 02/03/2011 17:45
2 - 0022946-77.2004.4.05.8300 TERESINHA MELO DOS SANTOS E OUTROS (Adv. VOLGRAN CORREIA LIMA, JOSE JURANDIR ALVES SILVA, RUI PEREIRA DA COSTA) x UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. Por todo o exposto, conheço dos presentes embargos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Total Intimação : 2

RELAÇÃO DE ADVOGADOS (E/OU PROCURADORES) CONSTANTES NESTA PAUTA:

ESDRAS DANTAS DE SOUZA-1
JOSE JURANDIR ALVES SILVA-2
JULIANA DUARTE FREITAS-1
JUSTO DUARTE RODRIGUES-1
RUI PEREIRA DA COSTA-2
TOMAZ DE AQUINO CRISOSTOMO DA SILVA-1
VOLGRAN CORREIA LIMA-2

Sector de Publicacao
SANDRO JOSÉ DE ARRUDA BELTRÃO
Diretor(a) da Secretaria
10a. VARA FEDERAL

Nro. Boletim 2011.000205

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

EDITAL DE INSPEÇÃO Nº 001/2011

O Doutor **CLAUDIO KITNER**, Juiz Federal no Exercício da Titularidade da 10ª Vara, Seção Judiciária de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL DE INSPEÇÃO** virem, dele notícia tiverem ou a quem interessar possa, com o prazo de 15 (quinze) dias e em cumprimento às disposições estabelecidas no art. 13, incisos III e IV, da Lei nº 5.010 de 30/05/66 e em conformidade com os provimentos nºs 02 e 208, da Corregedoria Geral e do Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Conselho da Justiça Federal, respectivamente, ratificados pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, combinado com o art. 18 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria Regional da 5ª Região, **que fica designado o dia 04 (quatro) de abril do ano em curso, às 09:00 horas, na Secretaria da 10ª Vara, Seção Judiciária de Pernambuco para ter início os trabalhos de INSPEÇÃO, que se estenderão até o dia 08 (oito) de abril de 2010 no horário das 09:00 às 18:00 horas**, abrangendo todos os processos, livros, papéis e serviços da 10ª Vara Federal. A presente inspeção ordinária deverá ser realizada com a assistência do Ministério Público Federal e ciência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, servindo de Secretário o Diretor de Secretaria da 10ª Vara/PE, Bel. Sandro José de Arruda Beltrão, ficando suspenso, durante aquele período o expediente destinado à partes e seus advogados, salvo para apresentação de reclamações e conhecimento de pedidos, ações, procedimentos e medidas destinadas a evitar o perecimento de direitos ou assegurar a liberdade de locomoção. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expedi o presente **EDITAL DE INSPEÇÃO**, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO pela Secretaria da 10ª Vara Federal, situada na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro de 2011. Eu _____, Sandro José de Arruda Beltrão, Diretor de Secretaria da 10ª Vara Federal, digitei e assino e o Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal no Exercício da Titularidade da 10ª Vara, Dr. Claudio Kitner, subscreve.

CLAUDIO KITNER
Juiz Federal no Exercício da Titularidade da 10ª Vara/PE

RELAÇÃO DE ADVOGADOS (E/OU PROCURADORES) CONSTANTES NESTA PAUTA:

Sector de Publicacao
SANDRO JOSÉ DE ARRUDA BELTRÃO
Diretor(a) da Secretaria
10a. VARA FEDERAL

Nro. Boletim 2011.000206

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL CLAUDIO KITNER

Expediente do dia 03/03/2011 14:20

229 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1 - 0000968-98.1991.4.05.8300 ESPÓLIO DE PROPERCIO DE MORAES SERRANO E OUTROS (Adv. MARIA RUTH FERRAZ TEIXEIRA, MARIA LUCIA MAGALHAES NOGUEIRA) x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. ROSIMAR DE BARROS SOARES). INTIMEM-SE AS PARTES DA ALTERAÇÃO PROCEDIDA E CERTIFICADA À FL 367 BEM COMO DOS NOVOS REQUISITORIOS EXPEDIDOS. HAVENDO CONCORDÂNCIA, PROSSIGA-SE COM O ENCAMINHAMENTO AO TRF COM AS CAUTELAS DE PRAXE. Total Intimação : 1

RELAÇÃO DE ADVOGADOS (E/OU PROCURADORES) CONSTANTES NESTA PAUTA:

MARIA LUCIA MAGALHAES NOGUEIRA-1
MARIA RUTH FERRAZ TEIXEIRA-1
ROSIMAR DE BARROS SOARES-1

Sector de Publicacao
SANDRO JOSÉ DE ARRUDA BELTRÃO
Diretor(a) da Secretaria
10a. VARA FEDERAL

Nro. Boletim 2011.000207

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO

RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL CLAUDIO KITNER

Expediente do dia 03/03/2011 14:33

29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO)

1 - 0016050-18.2004.4.05.8300 ANTONIO VICENTE DA SILVA E OUTROS (Adv. GIVALDO BARROS DE MOURA) x UNIAO FEDERAL. R.H. REATIVE-SE O FEITO.

DÊ-SE BAIXA NA PETIÇÃO INDICADA NA CERTIDÃO DE FL. 155v, JUNTO AO SISTEMA- TEBAS. INTIMEM-SE AS PARTES PARA, EM 05 (CINCO) DIAS, SE MANIFESTAREM ACERCA DA REFERIDA CERTIDÃO E A FORNECEREM UMA CÓPIA DAS ALUDIDAS PETIÇÕES, SE FOR O CASO.

INTIMEM-SE AS PARTES LITIGANTES A REQUEREREM O QUE ENTENDEREM DE DIREITO, NO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS. NO SILÊNCIO, RETORNEM AO ARQUIVO COM BAIXA.

PUBLIQUE-SE. INTIME-SE.

2 - 0016767-88.2008.4.05.8300 HELENA SPINELLI DE OLIVEIRA (Adv. MARCELO MARCOS L. MOREIRA, MARCELO MARCOS DE LACERDA MOREIRA JUNIOR) x UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. Diante do exposto, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora para, reconhecendo o seu direito à isenção tributária prevista no art. 6º, da Lei nº 7.713/88, condenar a Ré a abster-se imediatamente de descontar dos seus proventos o imposto de renda pessoa física.

Custas dispensadas por força do art. 4º, da Lei nº 9.289/96. Condeno a União Federal no pagamento dos honorários advocatícios em favor da Autora, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Recife, 10 de fevereiro de 2011.

3 - 0011634-94.2010.4.05.8300 FRANCISCA VERISSIMA DA LUZ (Adv. MARIA LUCIA SOARES DE ALBUQUERQUE, MICHELLE FRANCIS ALBUQUERQUE LIMA) x UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL. RH. RECEBO A APELAÇÃO DA UNIÃO/FAZENDA NACIONAL NO(S) SEU(S) EFEITO(S) LEGAL(IS). INTIME(M)-SE O(A)(S) AUTOR/APELADO DA SENTENÇA E PARA AS CONTRA-RAZÕES. APOS, SUBAM AO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.

4 - 0011684-23.2010.4.05.8300 MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS CAVALCANTI (Adv. JOSE MARIA G DA CAMARA, HELDER COSTA DA CAMARA) x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (Adv. RICHARDSON COSTA DA CAMARA). Vistos etc.

Tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 459, CPC, converto o feito em diligência para determinar que a contadoria apresente os cálculos referentes ao montante que seria devido ao autor, caso lhe fosse reconhecido o direito de retificação de sua RMI.

Após, intimem-se as partes para se pronunciarem acerca do parecer da Contadoria, voltando-me conclusos em seguida.

Cumpra-se.

5 - 0018402-36.2010.4.05.8300 NILTON JOSE CARNEIRO DA SILVA (Adv. ANDREA KARLA V. PAES DE BARROS) x INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. INTIME-SE NOVAMENTE A AUTORA A CUMPRIR O DESPACHO DE FL. 34, NO PRAZO IMPROPRIOGAVEL DE 10(DEZ) DIAS. NO SILÊNCIO, VOLTEM-ME.

PUBLIQUE-SE.

6 - 0003499-59.2011.4.05.8300 AUTOZERO PECAS E SERVICOS LTDA (Adv. RAIMUNDO DE SOUZA MEDEIROS JUNIOR) x UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL.

AÇÃO ORDINÁRIA - PROCESSO Nº 0003499-59.2011.4.05.8300 AUTOR: AUTOZERO PEÇAS E SERVICOS LTDA. RÉU: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por Autozero Peças e Serviços LTDA., em face da União Federal, objetivando, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, o recálculo do saldo remanescente de processos administrativos, com aplicação de multa reduzida, para fins de parcelamento.

Narra o demandante ter sido autuado pela fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2003, com lavratura dos autos de infração nºs 19647.003764/2003-31, 19647.003765/2003-85 e 19647.003766/2003-20, todos com aplicação da multa de 150% sobre o valor de cada tributo, nos termos do art. 44, II, da Lei nº 9.430/96, que prevê tal punição nos casos de fraude.

Alega não ter sido fraudulenta sua conduta, bem como a inconstitucionalidade e ilegalidade da multa prevista, uma vez que teria caráter eminentemente confiscatório.

Afirma, ainda, que necessita parcelar o débito, para fins de suspender a pretensão punitiva do Estado, mas, pelo valor desprovido de razoabilidade da multa cominada, encontra-se impossibilitado, haja vista o art. 14-A, § 2º, I, da Lei nº 10.522/2002 exigir o recolhimento de 10% do valor total dos débitos consolidados para formalização do pedido de parcelamento.

Junta procuração e documentos (fls. 20-114). Custas pagas (fl. 115).

Vieram-me os autos conclusos. É o relatório.

Decido.

O deferimento da tutela antecipada pressupõe a concomitante configuração dos requisitos exigidos pelo artigo 273 do CPC. Os primeiros requisitos - a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações - demandam certas considerações acerca do direito material, que não ensejem grandes dúvidas, sob o ponto de vista jurídico; um direito apurável de plano, sem detido exame, nem laboriosas cogitações. Pressupõe-se a demonstração de plano do alegado direito e a inexistência de incerteza a respeito dos fatos; a ocorrência de fatos incontroversos, livres de dúvida, sendo irrelevante a complexidade ou não da questão de direito.

O segundo requisito diz respeito, alternativamente, ao abuso de direito de defesa, intuito protelatório do réu ou à existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, representando o periculum in mora. O risco de dano irreparável ou de difícil reparação